



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE
GOIÂNIA-GO

ECONOMISTA

CADERNO DE QUESTÕES 15/03/2026

DISCIPLINA	QUESTOES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e Município de Goiânia	16 a 20
Conhecimentos Específicos do Cargo	21 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A vida floresce onde há cuidado.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Leia o texto a seguir.

O Agente Secreto (2025) - Crítica

O filme é impecavelmente inteligente, sem pontas soltas e não deixa espaço para qualquer sentimento que não seja diretamente ligado à trama; somos completamente engolidos por uma fotografia espetacular que não tem medo da luz e tem a cor como sua maior aliada; o filme tem uma edição e montagem criativas e ousadas que desafiam uma indústria datada e monótona com cortes entre planos com uma difusão longa e momentos em que a tela se divide entre dois planos, um som desenhado e articuladamente planejado para nos imergir em uma experiência única e extraordinária que a direção proporciona.

MENDES, Nicolas. "O Agente Secreto (2025) Crítica". *Universidade Federal Fluminense*. Jul 30, 2025 (fragmento). Disponível em: <https://oca.observatorio.uff.br/?p=8587>. Acesso em: 23 dez. 2025.

A crítica sobre o filme *O Agente Secreto*, de Kleber Mendonça Filho, tem a particularidade de exaltar aspectos técnicos do filme, fazendo uso de termos típicos da linguagem cinematográfica. Esses termos, que ocorrem em número significativo no texto, são

- (A) adjetivos.
- (B) advérbios.
- (C) substantivos.
- (D) verbos.

Leia o **Texto 1** para responder às questões **02** e **03**.

Texto 1**Resumo**

As Feiras de Ciências (FC) constituem-se em oportunidades de estimular o gosto pela pesquisa e afastar os estudantes da postura de meros receptores do conhecimento, partindo da investigação para torná-los protagonistas de seu aprendizado. O objetivo deste trabalho foi identificar a percepção de estudantes de uma escola pública do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento de projetos e a FC. A coleta de dados ocorreu mediante aplicação de questionário após o evento. As respostas foram analisadas segundo a Tematização de Fontoura e revelaram que os estudantes percebem as FC como espaço formativo constituído por múltiplas perspectivas. Observa-se que os alunos entendem a importância de se tornarem protagonistas de seu aprendizado vivenciando o desenvolvimento das etapas de um projeto, perpassando pelo trabalho em grupo e desenvolvendo o pensamento crítico. Tais habilidades vão ao encontro do que almeja um ensino de ciências emancipatório e adequado às demandas da sociedade do século XXI.

DELL ASEM, Erica Cavalcanti de Albuquerque; OLIVEIRA, Maria de Fatima Alves. "As feiras de ciências como espaço formativo sob o olhar de discentes da educação básica". *REnBIO – Revista de Ensino de Biologia*. V. 18, n. 2 (Jul./dez 2025), p. 637. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/1979/586>. Acesso em: 18 dez. 2025.

QUESTÃO 02

Considerando os componentes que normalmente estruturam o gênero textual resumo de artigo científico, nota-se que, no caso do resumo em questão, as autoras deixam de mencionar

- (A) o propósito da pesquisa que foi realizada.
- (B) os estudos teóricos que fundamentam a pesquisa.
- (C) os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.
- (D) os resultados parciais da análise dos dados da pesquisa.

QUESTÃO 03

Em "As respostas foram analisadas segundo a Tematização de Fontoura e revelaram que os estudantes percebem as FC como espaço formativo constituído por múltiplas perspectivas", o segmento "que os estudantes percebem as FC como espaço formativo constituído por múltiplas perspectivas" constitui uma oração

- (A) coordenada aditiva.
- (B) coordenada adversativa.
- (C) subordinada substantiva.
- (D) subordinada adjetiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 04

Leia a tirinha a seguir.



Disponível em: <https://share.google/xktaEvzsH6es5auuQ>. Acesso em: 25 dez. 2025.

A crítica implícita na tirinha, que é diferente da posição da personagem que fala, diz respeito a pessoas que

- (A) denegam as ameaças das mudanças climáticas.
- (B) alertam sobre os perigos das mudanças climáticas.
- (C) agredem o meio ambiente provocando mudanças climáticas.
- (D) exageram sobre os prejuízos das mudanças climáticas.

RASCUNHO

Leia o **Texto 2** para responder às questões **05** e **06**.

Texto 2**A Inteligência Artificial vai desempregar muita gente**

"Os modelos de IA sofrem de uma falha bem conhecida no mundo da tecnologia: as alucinações"

Algumas profissões serão duramente afetadas pela Inteligência Artificial (IA). Em algumas outras, a IA terá mais dificuldades em avançar no curto prazo. E, ainda bem, a IA comete falhas bem humanas. [...]

No mês passado, um escritório de advocacia de Nova York usou o chatGPT para produzir uma petição em processo movido contra uma empresa de aviação. Na peça processual foram elencados vários precedentes legais. Quando o processo chegou aos advogados da empresa ré, eles não encontraram os casos citados como precedentes. Uma rápida investigação descobriu que os casos só existiam como uma "invenção" do chatGPT.

É preciso refletir sobre como a IA produz resultados. É por meio de um processo de combinações estatísticas de palavras que estão na base de dados do modelo de IA. Essas palavras são unidas umas às outras de uma forma que pareça fazer sentido estatisticamente. Mas os modelos de IA sofrem de uma falha bem conhecida no mundo da tecnologia: as alucinações. São situações nas quais eles produzem resultados absurdos, porque a técnica de combinações estatísticas acabou resultando em uma combinação absurda, sem nada a ver com a realidade.

Um ser humano alucinado perderia o emprego. [...] Mas o chatGPT não será demitido. [...]

Contudo, há outro efeito colateral ainda mais preocupante que decorre do uso da IA nas atividades humanas. Em muitas situações, o que se deseja premiar é a habilidade humana.

Então, não é justo homenagear trabalho que foi quase exclusivamente produzido por um programa de computador. Vejamos o caso de uma competição de fotografia na Austrália, no começo deste mês. Uma das fotos enviadas foi desqualificada por suspeita de que teria sido produzida com auxílio da IA. A expressão "suspeita" é extremamente relevante nesse caso. A autora da foto declarou que isso não ocorreu, e que ela teria tirado a foto com seu celular.

Estamos presenciando uma mudança fundamental na vida em sociedade. Quando a IA começou a produzir resultados artificiais semelhantes aos produzidos pelos humanos, o problema agora não é apenas o risco de tratar como reais produtos criados pela IA, outro problema ainda maior é tratar como falsos os produtos realmente oriundos do talento humano. A propósito, este artigo foi realmente escrito por um humano, ou foi produzido pela Inteligência Artificial?

**ORLANDO SANTOS, analista de sistemas e entusiasta de tecnologia.*

SANTOS, Orlando. *A Inteligência Artificial vai desempregar muita gente.*

Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2023/07/5112935-artigo-a-inteligencia-artificial-vai-desempregar-muita-gente.html>. (Fragmento). Acesso em: 19 dez. 2025.

QUESTÃO 05

Ao abordar o tema da Inteligência Artificial (IA), o autor do artigo de opinião segue uma linha de argumentação cuja validação se apoia parcialmente em

- (A) comparações entre falhas técnicas típicas da IA em atividades humanas.
- (B) discursos para evitar os perigos das alucinações da IA em atividades humanas.
- (C) exemplos de situações problemáticas envolvendo a IA em atividades humanas.
- (D) causas e consequências do excesso de uso da IA em atividades humanas.

QUESTÃO 06

Além de apontar uma falha da IA, as alucinações, o autor acrescenta, ao final do texto, uma complicação maior, segundo ele, vinculada à presença da IA nas atividades humanas. Trata-se de uma questão relacionada

- (A) ao nível de competitividade do que se produz.
- (B) à qualidade do que se produz.
- (C) à falta de verossimilhança no que se produz.
- (D) à autenticidade do que se produz.

QUESTÃO 07

Leia os títulos de artigos a seguir.

Sumário

Acordando discursos adormecidos: o que o ato poético diz do ato analítico

(Cláudia Thereza Guimarães de Lemos)

O Poder da palavra: o mago, o poeta e o psicanalista em ato

(Rita de Cássia Segantini Bonança)

Entre Te(at)r(os)s: Iludir para Desenganar – Modos de Olhar uma (In)certa poesia de Cacaso

(Débora Racy Soares)

Cinema e psicanálise: três tempos na captura do olhar

(Ana Costa)

LEITE, Nina Virgínia de Araújo; MILÁN-RAMOS, J. Guillermo (orgs.) (Fragmento). *entreAto: o poético e o analítico*. Campinas, SP: Mercado de Letras, s.p., 2011

Os títulos dos artigos aparecem no sumário do livro *entreAto: o poético e o analítico*, organizado por Nina V. de A. Leite e J. Guillermo. Em todos eles, são utilizados os dois pontos. Considerando o uso desse sinal gráfico, as frases que aparecem após os dois pontos cumprem a função de

- (A) valorizar um estilo de linguagem mais complexo.
- (B) fornecer mais detalhes sobre os temas dos artigos.
- (C) seguir normas editoriais sobre títulos de trabalhos.
- (D) enfatizar o rigor científico dos estudos realizados.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **08** e **09**.

Texto 3**Falando de Amor**

(Canção de Tom Jobim)

Se eu pudesse por um dia
Esse amor, essa alegria
Eu te juro, te daria
Se pudesse esse amor todo dia
Chega perto, vem sem medo
Chega mais meu coração
Vem ouvir esse segredo
Escondido num choro canção
Se soubesses como eu gosto
Do teu cheiro, teu jeito de flor
Não negavas um beijinho
A quem anda perdido de amor

JOBIM, Tom. *Falando de Amor*. (Fragmento). Disponível em: <https://www.tomjobim.com.br/p/falandodeamor-letra-musica-video.html>. Acesso em: 22 dez. 2025.

QUESTÃO 08

A letra da canção *Falando de Amor*, de Tom Jobim, se estrutura de acordo com um “eu” que se dirige a um “tu”. Esse endereçamento aparece marcado, por exemplo, na demanda que o eu lírico faz, ao seu amor, por meio da forma conjugada do verbo

- (A) “poder”.
- (B) “jurar”.
- (C) “dar”.
- (D) “vir”.

QUESTÃO 09

Em uma das frases da canção, uma vírgula poderia ser acrescentada antes de um vocativo. Em qual frase isso poderia ser feito?

- (A) Chega mais meu coração.
- (B) Vem ouvir esse segredo.
- (C) Se soubesses como eu gosto.
- (D) Não negavas um beijinho.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A violeta é introvertida e sua introspecção é profunda. Dizem que se esconde por modéstia. Não é. Esconde-se para poder captar o próprio segredo. Seu quase não-perfume é glória abafada mas exige da gente que o busque. Não grita nunca o seu perfume. Violeta diz levezas que não se podem dizer.

LISPECTOR, Clarice. *Água Viva*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 53, 1998.

Na descrição poética que a narradora faz sobre a flor violeta, predomina a figura de linguagem

- (A) hipérbole.
- (B) eufemismo.
- (C) aliteração.
- (D) prosopopeia.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 11

Um professor enumerou seus 30 alunos de 1 a 30, de acordo com suas notas finais em uma disciplina em ordem crescente de notas (da menor para a maior). Nenhum aluno tirou a mesma nota que outro. Ele dividiu os alunos em 3 grupos com base nas notas:

Grupo A: alunos com notas maiores ou iguais a 8,0.
Grupo B: alunos com notas maiores ou iguais a 5,0 e menores do que 8,0.
Grupo C: alunos com notas menores do que 5,0.

Sabendo que o aluno de número 12 obteve nota 4,7 e o aluno de número 13 obteve nota 5,1, quantos alunos pertencem à união dos grupos A e B?

- (A) 12.
(B) 13.
(C) 17.
(D) 18.

QUESTÃO 12

Um homem monitorou o preço de um mesmo celular oferecido em uma loja durante 15 dias consecutivos e anotou os seguintes valores (em reais):

Dia	Valor (em reais)
1	7.800,00
2	8.300,00
3	8.100,00
4	7.900,00
5	8.100,00
6	8.200,00
7	8.100,00
8	8.300,00
9	7.700,00
10	7.200,00
11	8.000,00
12	8.300,00
13	8.500,00
14	7.600,00
15	8.100,00

Ele considerou que a variação de preços era injusta e propôs ao vendedor o valor correspondente à mediana dos preços observados nos 15 dias. O vendedor aceitou a negociação. Qual foi o valor pago pelo homem nesse celular?

- (A) R\$ 7.900,00.
(B) R\$ 8.000,00.
(C) R\$ 8.100,00.
(D) R\$ 8.200,00.

QUESTÃO 13

Um restaurante utilizou 4 quilogramas de chocolate para preparar 16 receitas de mousse de chocolate. Mantendo exatamente a mesma proporção de chocolate por receita, qual é a quantidade de chocolate, em quilogramas, necessária para preparar 7 receitas dessa mesma mousse?

- (A) 1,35.
(B) 1,75.
(C) 2,05.
(D) 2,25.

QUESTÃO 14

Segundo o IBGE, em 2022, a cidade de Itatiba, situada no estado de São Paulo, tinha 121.590 habitantes. Estima-se que, até 2025, a população aumentará em 5.522 pessoas. Com base nesses dados, qual é, aproximadamente, a porcentagem que esse aumento de pessoas representa em relação à população em 2022?

- (A) 4,5%.
(B) 5,5%.
(C) 6,5%.
(D) 7,5%.

QUESTÃO 15

Uma mulher decidiu comprar um apartamento no valor de R\$ 680.000,00, mas não tinha o montante suficiente para pagar à vista. Ela pagará 80% do valor do imóvel como entrada e financiará os 20% restantes em um banco. O financiamento terá juros compostos de 10% ao ano, pelo período de 2 anos. Qual será o valor total pago pela mulher pelo apartamento, considerando a entrada e o financiamento?

- (A) R\$ 707.200,00.
(B) R\$ 708.560,00.
(C) R\$ 710.400,00.
(D) R\$ 712.360,00.

QUESTÃO 16

A proibição da circulação de moeda pela Coroa Lusitana em Goiás, determinada pela Carta Régia de 3 de janeiro de 1735, e a imposição do ouro em pó como meio de troca tinham como principal objetivo

- (A) incentivar a produção aurífera local.
- (B) padronizar o sistema monetário da capitania com o do restante do Brasil.
- (C) combater o contrabando do ouro e garantir o pagamento do quinto.
- (D) facilitar as transações comerciais de pequeno valor.

QUESTÃO 17

Na década de 1930, um dos argumentos utilizados por Pedro Ludovico Teixeira para justificar a transferência da capital era afirmar que a antiga capital de Goiás

- (A) apresentava uma rica herança histórica.
- (B) tinha uma população pequena.
- (C) estava integrada nacionalmente.
- (D) era um símbolo do atraso.

QUESTÃO 18

Leia o texto a seguir.

Vilaboenses céticos quanto ao processo de patrimonialização e mercantilização da cultura e do patrimônio locais existiram desde o princípio das ações do IPHAN (SPHAN).

TAMASO, Izabela. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. 2007. 787 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. p. 25.

A partir da década de 1950, o SPHAN iniciou o processo de patrimonialização da Cidade de Goiás, o que gerou reações de parte da população e da imprensa. O principal argumento da resistência inicial ao tombamento era

- (A) o entendimento de que o tombamento era sinônimo de demolição.
- (B) a percepção de que a preservação era antagônica ao progresso.
- (C) a crítica ao foco na arquitetura colonial.
- (D) a resistência ao governo federal.

QUESTÃO 19

Leia o texto a seguir.

A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou um alerta que reacende um dos debates mais sensíveis do setor elétrico: o impacto tarifário da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD). [...] Embora a CGU reconheça os benefícios ambientais da geração distribuída (GD), o relatório destaca uma distorção estrutural: consumidores que não possuem sistemas solares, em especial os de baixa renda, têm arcado com o custo dos descontos concedidos aos proprietários de painéis fotovoltaicos.

Disponível em: <https://cenarioenergia.com.br/2025/11/27/cgu-acende-alerta-para-impacto-tarifario-da-mmgd-e-expoe-pressao-sobre-consumidores-cativos/>. Acesso em: 6 jan. 2026.

De acordo com o texto, um dos problemas gerados pela atual política de energia solar é(são)

- (A) o reforço da desigualdade social.
- (B) os benefícios ambientais insuficientes.
- (C) o pouco emprego de energia solar.
- (D) a falta de incentivos aos proprietários de painéis solares.

QUESTÃO 20

Em Goiás, a passagem de uma economia agrária tradicional para o modelo agroindustrial, a partir da década de 1970, pode ser caracterizada pelo/pela

- (A) predomínio da produção de café.
- (B) transição para uma agricultura marcada por produção diversificada.
- (C) ausência de correção ou de insumos agrícolas para garantir alta produtividade do solo.
- (D) perda de proeminência do arroz, que era o principal produto agrícola até então.

QUESTÃO 21

Um órgão público necessita realizar manutenção preventiva em alguns equipamentos e corrigir defeitos em outros. Segundo a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a contratação necessária para atender ao interesse do órgão terá por objeto serviços de natureza

- (A) eventual.
- (B) especial.
- (C) intelectual.
- (D) contínua.

QUESTÃO 22

Um prefeito pretende destinar recursos públicos de forma permanente e exclusiva para um plano de adoção do modelo de cidade inteligente (*smart city*). Considerando que a constituição estadual e a lei orgânica municipal o autorizam a editar medidas provisórias, além de outros atos normativos, sua consultoria jurídica entendeu que a instituição do projeto deverá se dar mediante

- (A) lei.
- (B) decreto.
- (C) lei delegada.
- (D) medida provisória.

QUESTÃO 23

Servidores da Controladoria Geral do Município de Goiânia identificaram a revogação de portarias que regulamentavam atos de fiscalização pertinentes às competências do município, havendo indícios de que a ação do agente público responsável se deu com desvio de finalidade. O caso foi comunicado ao controlador geral e a informação foi noticiada pela imprensa. Segundo as normas vigentes, para a apuração da irregularidade identificada,

- (A) os servidores devem representar ao Ministério Público Estadual.
- (B) associações são legítimas para denunciar ao Tribunal de Contas do Estado.
- (C) qualquer cidadão poderá propor a sustação do ato à Câmara Municipal.
- (D) o controlador geral deve dar ciência ao Tribunal de Contas dos Municípios.

QUESTÃO 24

O chefe imediato de um servidor público da Câmara Municipal de Goiânia vem o constrangendo há mais de seis meses, ao tratá-lo com desprezo e ao designá-lo para tarefas triviais e aquém de suas atribuições funcionais. A situação hipotética descrita constitui transgressão disciplinar punível com

- (A) multa ou repreensão.
- (B) multa ou suspensão.
- (C) repreensão ou suspensão.
- (D) suspensão ou demissão.

QUESTÃO 25

Um professor da rede municipal de educação foi aprovado em concurso público para cargo de nível médio do legislativo estadual. Por não ser profissional de saúde, foi questionado sobre a possibilidade de acumular os dois cargos públicos. A norma de regência de casos como esse determina que o profissional

- (A) pode acumular um cargo de professor com outro técnico, havendo compatibilidade de horários e respeito ao teto remuneratório constitucional.
- (B) pode acumular um cargo de professor com outro de qualquer natureza, havendo compatibilidade de horários e respeito ao teto remuneratório constitucional.
- (C) não poderá acumular o cargo de professor com o novo cargo, porque este não tem natureza científica.
- (D) não poderá acumular o cargo de professor com o novo cargo, porque este não tem natureza docente.

QUESTÃO 26

Na hipótese de o prefeito de Goiânia decidir fixar, mediante decreto, no mês de janeiro de 2026, novo valor para sua remuneração, bem como para a do vice-prefeito e a dos secretários, essa decisão

- (A) deverá ser revogada, pois trata-se de ano eleitoral.
- (B) terá validade no ano subsequente.
- (C) deverá ser referendada pela Câmara Municipal.
- (D) será nula por vício de incompetência.

QUESTÃO 27

Uma autoridade administrativa competente foi representada para que instaure investigação para apurar a prática de ato de improbidade administrativa. De acordo com a norma de regência, é ato próprio ao procedimento administrativo aplicável ao caso

- (A) a rejeição do pedido, que torna prejudicada a representação ao Ministério Público.
- (B) a determinação de produção de provas pela autoridade, caso a representação não as indique.
- (C) a designação de representante do Tribunal de Contas para acompanhar o procedimento.
- (D) a designação de representante do Ministério Público para compor a comissão processante.

QUESTÃO 28

A administração de um município do interior do estado, dotado apenas de unidades básicas de saúde, decide contratar onerosamente um hospital privado local para fornecer atendimento médico especializado e exames de média e alta complexidade para a população. Para tanto, o compartilhamento de prontuários dos usuários constantes das bases de dados do ente federativo para o nosocômio é

- (A) autorizado para esse fim específico e determinado, pois se trata de execução descentralizada de política pública.
- (B) necessário para a execução da política pública de saúde, juntamente com o consentimento específico e destacado do titular.
- (C) restrito, pois se trata de informação pessoal sensível referente à saúde e sigilosa por cem anos.
- (D) vedado, pois informações pessoais de acesso restrito a agentes públicos não podem ser transmitidas para empresas.

QUESTÃO 29

A estrutura administrativa da Câmara Municipal de Goiânia compreende a organização institucional de unidades administrativas e respectivos cargos, encarregada da prestação de serviços públicos legislativos, em sintonia com a função constitucional do Poder Legislativo municipal, executando atividades de forma integrada. Nesse sentido, a área de Desenvolvimento da Gestão Legislativa tem, entre seus órgãos,

- (A) a Procuradoria-Geral.
- (B) a Diretoria Financeira.
- (C) a Controladoria Geral.
- (D) a Chefia de Gabinete.

QUESTÃO 30

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia foi alterado em outubro de 2025 visando aumentar a representação de gênero na composição de comissões. O novo texto determina que a escolha dos membros para as comissões deverá corresponder, para cada gênero, a percentuais mínimo e máximo, respectivamente, de

- (A) vinte e oitenta por cento nas comissões permanentes.
- (B) vinte e cinco e setenta e cinco por cento nas comissões especiais de inquérito.
- (C) trinta e setenta por cento nas comissões temporárias.
- (D) trinta e cinco e sessenta e cinco por cento nas comissões de investigação e processantes.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Considere um consumidor cujas preferências entre três cestas de bens A , B e C são descritas da seguinte forma: o consumidor prefere A a B , prefere B a C e prefere C a A . Esse padrão de preferências caracteriza

- (A) preferências completas e consistentes, compatíveis com a maximização de utilidade.
- (B) preferências monotônicas, associadas à insaciedade.
- (C) violação da hipótese de transitividade das preferências.
- (D) comportamento racional com função utilidade bem definida.

QUESTÃO 32

A taxa marginal de substituição técnica (TMST) – frequentemente denotada por $TMST_{LK}$ – é um conceito da teoria da produção que mede quanto de um insumo pode ser reduzido quando se aumenta marginalmente outro insumo, mantendo o nível de produção constante. Considere uma tecnologia de produção do tipo Leontief representada por:

$$q = \min \left\{ \frac{L}{2}, \frac{K}{3} \right\},$$

Em que L é trabalho e K é capital.

Nessa tecnologia, a $TMST_{LK}$ é

- (A) constante e igual a $2/3$ ao longo de toda a isoquanta.
- (B) indefinida no ponto de “canto” da isoquanta.
- (C) positiva e decrescente, refletindo substituição gradual entre os insumos.
- (D) igual à razão dos preços dos fatores, w/r , para qualquer combinação de insumos.

QUESTÃO 33

No modelo de concorrência monopolística, o equilíbrio de longo prazo resulta em uma situação na qual as firmas

- (A) obtêm lucro econômico positivo em razão da diferenciação do produto.
- (B) produzem no nível de custo médio mínimo, alcançando eficiência produtiva.
- (C) enfrentam uma curva de demanda perfeitamente elástica.
- (D) operam com excesso de capacidade produtiva em relação ao nível eficiente.

QUESTÃO 34

Considerando a classificação econômica dos bens, um exemplo de bem público puro é a/o

- (A) coleta domiciliar de resíduos sólidos realizada pelo município.
- (B) iluminação pública de vias e logradouros urbanos.
- (C) transporte coletivo urbano operado sob concessão pública.
- (D) abastecimento de água potável mediante cobrança de tarifa.

QUESTÃO 35

Considere a Curva de Phillips com expectativas, dada por

$$\pi_t = \pi_t^e - \varphi (u_t - u_n) + \varepsilon_t, \quad \varphi > 0,$$

Em que π_t é a inflação, π_t^e é a inflação esperada, u_t é a taxa de desemprego e u_n é a taxa natural. Suponha expectativas adaptativas na forma $\pi_t^e = \pi_{t-1}$ e admita $\varepsilon_t = 0$. Considere uma política que busque manter a taxa de desemprego (u_t) de forma persistente abaixo da taxa natural (u_n).

Nessa estrutura, tal política

- (A) sustenta $u_t < u_n$ com inflação constante, pois π_t^e permanece ancorada na inflação passada.
- (B) requer inflação continuamente crescente, pois aumentos de π_t elevam π_t^e e deslocam a Curva de Phillips, fazendo u_t retornar a u_n no longo prazo.
- (C) reduz a inflação ao longo do tempo, pois $u_t < u_n$ implica revisões automáticas para baixo de π_t^e sob expectativas adaptativas.
- (D) estabelece um *trade-off* permanente entre inflação e desemprego, pois a Curva de Phillips de longo prazo é negativamente inclinada.

RASCUNHO

QUESTÃO 36

Leia o caso a seguir.

Em determinado país, os dados do Sistema de Contas Nacionais referentes a um ano específico indicaram as seguintes informações:

Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos do setor agropecuário: R\$ 220 bilhões

Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos do setor industrial: R\$ 380 bilhões

Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos do setor de serviços: R\$ 300 bilhões

No mesmo período, registraram-se:

Impostos sobre produtos: R\$ 170 bilhões

Subsídios sobre produtos: R\$ 45 bilhões

Com base nessas informações, o Produto Interno Bruto (PIB) a preço de mercado desse país é igual a

- (A) R\$ 855 bilhões.
- (B) R\$ 900 bilhões.
- (C) R\$ 1.025 bilhões.
- (D) R\$ 1.070 bilhões.

QUESTÃO 37

Na Economia do setor público, as funções do Estado podem ser associadas a instrumentos específicos utilizados para corrigir falhas de mercado, promover equidade e estabilizar a economia. O correto cruzamento entre função do Estado e instrumento típico de atuação é a função

- (A) estabilizadora por meio dos gastos públicos e tributação para suavizar o ciclo econômico.
- (B) alocativa por meio de uma política monetária restritiva para controle da inflação.
- (C) distributiva por meio de provisão de bens públicos puros, como defesa nacional.
- (D) alocativa por meio de transferências de renda voltadas à redução da desigualdade social.

RASCUNHO**QUESTÃO 38**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, qual é o objetivo das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias?

- (A) Assegurar o financiamento integral das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- (B) Garantir a sustentabilidade da trajetória da dívida pública ao longo do tempo.
- (C) Viabilizar a ampliação permanente dos investimentos públicos.
- (D) Compatibilizar o resultado primário com o ciclo econômico anual.

QUESTÃO 39

Na análise das contas públicas, a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) pode ser apurada por diferentes metodologias. Pelo critério “acima da linha”, a NFSP é obtida a partir do(a)

- (A) variação do estoque da dívida pública bruta entre dois períodos consecutivos.
- (B) captação líquida de recursos por operações de crédito do setor público.
- (C) resultado nominal, dado por resultado primário somado ao saldo da conta de juros.
- (D) saldo financeiro apurado no balanço patrimonial do setor público consolidado.

QUESTÃO 40

No que diz respeito à classificação econômica da receita orçamentária, a remuneração de depósitos bancários classifica-se como receita

- (A) de contribuições.
- (B) de operações de crédito.
- (C) corrente.
- (D) de capital.

QUESTÃO 41

Considere que um município necessita construir um novo viaduto para melhorar a fluidez do trânsito em um cruzamento estratégico, sendo o prazo estimado de execução da obra de três anos. À luz do sistema de planejamento e orçamento público brasileiro, qual é o adequado enquadramento dessa despesa nos instrumentos legais?

- (A) O projeto deve constar na Lei Orçamentária Anual, por se tratar de obra pública, cabendo à Lei de Diretrizes Orçamentárias autorizar sua execução.
- (B) A obra deve estar prevista no Plano Plurianual, ter suas prioridades e metas definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e suas dotações consignadas, a cada exercício, na Lei Orçamentária Anual.
- (C) O Plano Plurianual deve detalhar anualmente os valores da obra, substituindo a necessidade de previsão na Lei Orçamentária Anual.
- (D) A Lei Orçamentária Anual do primeiro exercício de execução da obra deve consignar recursos suficientes para garantir integralmente a conclusão do viaduto, incluindo os dois exercícios subsequentes, dispensando a necessidade de previsões orçamentárias futuras.

QUESTÃO 42

Ao final de um bimestre, constatando-se que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 prevê a adoção de providência por ato próprio de cada Poder e do Ministério Público, segundo critérios fixados na LDO, ressalvadas as obrigações constitucionais e legais do ente (inclusive serviço da dívida) e as despesas ressalvadas na LDO. Nessa hipótese, a providência prevista é a/o

- (A) revisão das metas fiscais por meio de alteração da LDO, com substituição das metas de resultado durante o exercício.
- (B) limitação automática de despesas em percentuais uniformes, independentemente do Poder e dos critérios definidos na LDO.
- (C) cancelamento definitivo das dotações atingidas, vedada recomposição ainda que haja recuperação de receita.
- (D) limitação de empenho e de movimentação financeira, observados os critérios da LDO e a atuação específica de cada Poder.

QUESTÃO 43

No planejamento e na formulação de políticas públicas, o processo decisório envolve etapas distintas e requer coerência entre o problema público, os objetivos definidos e os instrumentos selecionados para a intervenção do Estado. Nesse contexto, a escolha dos instrumentos de intervenção de uma política pública deve ser

- (A) compatível com os objetivos definidos e com o modelo adotado para a intervenção estatal.
- (B) orientada a priorizar instrumentos já disponíveis na estrutura administrativa, com redefinição de objetivos para se ajustarem às capacidades existentes como condição de viabilizar a implementação.
- (C) definida pela eficiência operacional do instrumento, independentemente do diagnóstico do problema e da delimitação do público-alvo.
- (D) mantida fixa ao longo da implementação, sem ajustes orientados por monitoramento, para assegurar previsibilidade e padronização da execução.

QUESTÃO 44

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) é um dos principais indicadores de endividamento público utilizados no Brasil e em comparações internacionais. De acordo com a metodologia adotada no país, entre outros elementos, a DBGG inclui

- (A) títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional; operações compromissadas do Banco Central com títulos públicos; empréstimos internos e externos do governo geral.
- (B) operações compromissadas do Banco Central com títulos públicos; títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional; ativos financeiros do governo geral, com dedução no cômputo do indicador.
- (C) resultado primário acumulado do governo geral; títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional; empréstimos internos e externos do governo geral.
- (D) reservas internacionais do Banco Central; títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional; operações compromissadas do Banco Central com títulos públicos.

QUESTÃO 45

O Índice de Gini é utilizado para sintetizar a desigualdade na distribuição de renda e apoiar diagnósticos e políticas públicas. À luz da interpretação do indicador, um aumento do índice está associado à/ao

- (A) aumento da renda média da população.
- (B) concentração maior da renda.
- (C) melhora do bem-estar médio da população.
- (D) ampliação do poder de compra da maioria da população.

QUESTÃO 46

As Matrizes Insumo-Produto são ferramentas amplamente utilizadas na avaliação de impactos de políticas públicas. Os multiplicadores sintetizam como um choque exógeno na demanda final se propaga pela estrutura produtiva. Nesse contexto, a distinção entre multiplicadores do tipo I e do tipo II é caracterizada pela incorporação dos

- (A) efeitos diretos no multiplicador do tipo I e exclusão dos efeitos indiretos no multiplicador do tipo II.
- (B) impostos indiretos no multiplicador do tipo I e exclusão dos impostos indiretos no multiplicador do tipo II.
- (C) efeitos diretos e indiretos no multiplicador do tipo I e inclusão adicional dos efeitos induzidos do consumo das famílias no multiplicador do tipo II.
- (D) efeitos induzidos do consumo das famílias no multiplicador do tipo I e exclusão desses efeitos no multiplicador do tipo II.

QUESTÃO 47

A tabela a seguir apresenta dados de PIB per capita e de renda média do trabalho formal para os municípios de Campo Grande, Cuiabá e Goiânia. Observa-se que Cuiabá apresenta o maior PIB per capita entre os três municípios, mas, simultaneamente, a menor renda média do trabalho formal.

Município	PIB per capita (R\$)	Renda média do trabalho formal (R\$)
Campo Grande	37.916,06	4.053,60
Cuiabá	47.700,88	2.345,13
Goiânia	38.483,54	3.741,27

Ranking de Competitividade dos Municípios, 2025 / Centro de Liderança Pública – CLP.

Considerando a natureza desses indicadores e seu uso na formulação de políticas públicas, qual é a interpretação mais adequada da divergência observada?

- (A) A divergência indica inconsistência dos dados, pois PIB per capita e renda formal medem o mesmo fenômeno econômico.
- (B) A divergência é irrelevante, pois PIB per capita mais alto assegura melhores condições de vida, independentemente da distribuição de renda.
- (C) A divergência é esperada, pois a renda média do trabalho formal abrange toda a produção do município, ao contrário do PIB per capita.
- (D) A divergência pode ser reflexo da estrutura produtiva e concentração de renda, recomendando a análise conjunta de indicadores.

QUESTÃO 48

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado como instrumento de diagnóstico social e de apoio à formulação e à avaliação de políticas públicas. À luz de seu conceito e de sua metodologia, o IDH é calculado a partir de três dimensões fundamentais (saúde, educação e renda) por meio da média

- (A) geométrica dos indicadores brutos associados às três dimensões.
- (B) geométrica dos subíndices normalizados das três dimensões.
- (C) aritmética simples dos indicadores brutos associados às três dimensões.
- (D) aritmética simples dos subíndices normalizados das três dimensões.

RASCUNHO

QUESTÃO 49

Leia o texto a seguir.

Em 2024, apesar de uma melhoria na contabilidade primária das contas públicas em relação a 2023 e de um crescimento do PIB superior a 3% pelo quarto ano consecutivo, o Real enfrentou alta volatilidade e encerrou o ano com uma desvalorização de 21,82% em relação ao Dólar. [...] As taxas de juros futuras indicam uma Selic em ascensão, rumo aos 16%, e as expectativas de inflação estão desancoradas, com o IPCA para 2025 sendo frequentemente revisado para cima, em direção aos 6%.

MANOEL, Alexandre. Intensificação do regime de dominância fiscal no Brasil em 2024. Blog do IBRE, 2 jan. 2025. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br>. Acesso em: 30 jan. 2026.

À luz do contexto descrito e considerando os instrumentos de política econômica sob responsabilidade do Poder Executivo, a estratégia mais consistente para mitigar pressões inflacionárias e reduzir riscos macroeconômicos é

- (A) assumir uma política fiscal expansionista, elevando gastos correntes, para sustentar a demanda e compensar o aperto monetário.
- (B) adotar política fiscal expansionista contracíclica, supondo que a alta dos juros neutralize automaticamente seus impactos sobre a inflação.
- (C) substituir o ajuste fiscal por medidas cambiais, atribuindo ao Banco Central, de forma exclusiva, o controle da inflação.
- (D) reforçar política fiscal contracionista, com consolidação das contas, contenção de despesas e sinalização de sustentabilidade da dívida.

QUESTÃO 50

Na avaliação de programas e projetos no setor público, eficiência e eficácia são critérios distintos de desempenho. Nessa perspectiva, a relação entre esses conceitos é caracterizada pela

- (A) definição de eficiência como grau de alcance dos objetivos finais, sendo irrelevante a quantidade de recursos empregada.
- (B) diferenciação no momento em que a avaliação é conduzida.
- (C) significação de eficácia como relação entre insumos e produtos, orientada à minimização de custos para um dado nível de entrega.
- (D) possibilidade de uma política pública ser eficaz e não eficiente, se atingir seus objetivos com uso inadequado de recursos.

QUESTÃO 51

Considere dois projetos de investimento mutuamente excludentes, A e B, avaliados com a mesma taxa mínima de atratividade (TMA). A avaliação econômico-financeira indica que o Projeto A apresenta maior VPL e menor TIR, enquanto o Projeto B apresenta menor VPL e maior TIR, sendo ambos positivos para a taxa de desconto considerada. Nesse contexto, deve-se considerar para a decisão o projeto com

- (A) maior TIR, por representar diretamente a rentabilidade percentual do investimento.
- (B) menor TIR, por representar o custo de oportunidade do capital.
- (C) maior VPL, por maximizar a criação de valor econômico quando os projetos são mutuamente excludentes.
- (D) menor tempo de *payback*, independentemente dos resultados de VPL e TIR.

QUESTÃO 52

A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) estabelece condições para a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita. À luz do artigo 14 da LRF, a renúncia de receita deve estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro

- (A) no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois exercícios subsequentes; do atendimento ao disposto na LDO; e da demonstração de que a renúncia não afetará as metas fiscais ou adoção de medidas de compensação.
- (B) no exercício em que deve iniciar sua vigência; do atendimento ao disposto na LDO; e da demonstração de que a renúncia não afetará as metas fiscais ou adoção de medidas de compensação.
- (C) no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois exercícios subsequentes; do atendimento ao disposto na LOA; e da demonstração de que a renúncia não afetará as metas fiscais ou adoção de medidas de compensação.
- (D) no exercício em que deve iniciar sua vigência; de atendimento ao disposto na LOA; e da demonstração de que a renúncia não afetará as metas fiscais ou adoção de medidas de compensação.

QUESTÃO 53

Uma empresa industrial lança rejeitos líquidos provenientes de seu processo produtivo diretamente em um rio, sem o tratamento adequado, provocando poluição hídrica, prejuízos à biodiversidade e custos adicionais à população e aos serviços públicos de saúde e saneamento. Considerando esse contexto e os instrumentos de política econômica disponíveis para a correção de falhas de mercado, a adoção de um imposto pigouviano pelo poder público teria como objetivo principal

- (A) aumentar a arrecadação para financiar políticas ambientais, sem afetar a decisão de produção da empresa.
- (B) compensar os usuários do rio afetados, sem alterar o nível de produção e de despejo de rejeitos.
- (C) substituir mecanismos de regulação e licenciamento ambiental, dispensando fiscalização estatal.
- (D) tributar o custo marginal externo da poluição, induzindo a internalização do dano ambiental.

QUESTÃO 54

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece instrumentos de transparência para o acompanhamento e o controle social da gestão fiscal. De acordo com o artigo 48 da LRF, são instrumentos de transparência da gestão fiscal:

- (A) planos e peças orçamentárias; prestações de contas com parecer prévio; e relatórios fiscais periódicos (RREO e RGF).
- (B) plano plurianual e programação financeira; relatórios de auditoria e controle interno; e balancetes mensais de execução.
- (C) prestações de contas com parecer prévio; demonstrativos contábeis consolidados; e relatórios de auditoria e fiscalização interna.
- (D) relatórios fiscais periódicos (RREO e RGF); balanços patrimoniais anuais; e demonstrativos setoriais de execução física de programas.

QUESTÃO 55

O §4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) prevê a realização de audiências públicas trimestrais para a demonstração e a avaliação do cumprimento das metas fiscais pelo Poder Executivo. No âmbito do sistema de responsabilidade fiscal e do controle exercido pelo Poder Legislativo, a finalidade dessas audiências é

- (A) constituir o principal instrumento de fiscalização e substituir a análise dos relatórios fiscais periódicos, atribuindo-lhes papel acessório no acompanhamento das metas.
- (B) encerrar o dever de prestação de contas do Poder Executivo quanto ao cumprimento das metas fiscais no exercício.
- (C) complementar o acompanhamento legislativo contínuo, viabilizando a demonstração periódica e evidenciando o cumprimento das metas fiscais.
- (D) concentrar o acompanhamento das metas fiscais nos períodos trimestrais, deixando os demais momentos sob responsabilidade do Tribunal de Contas.

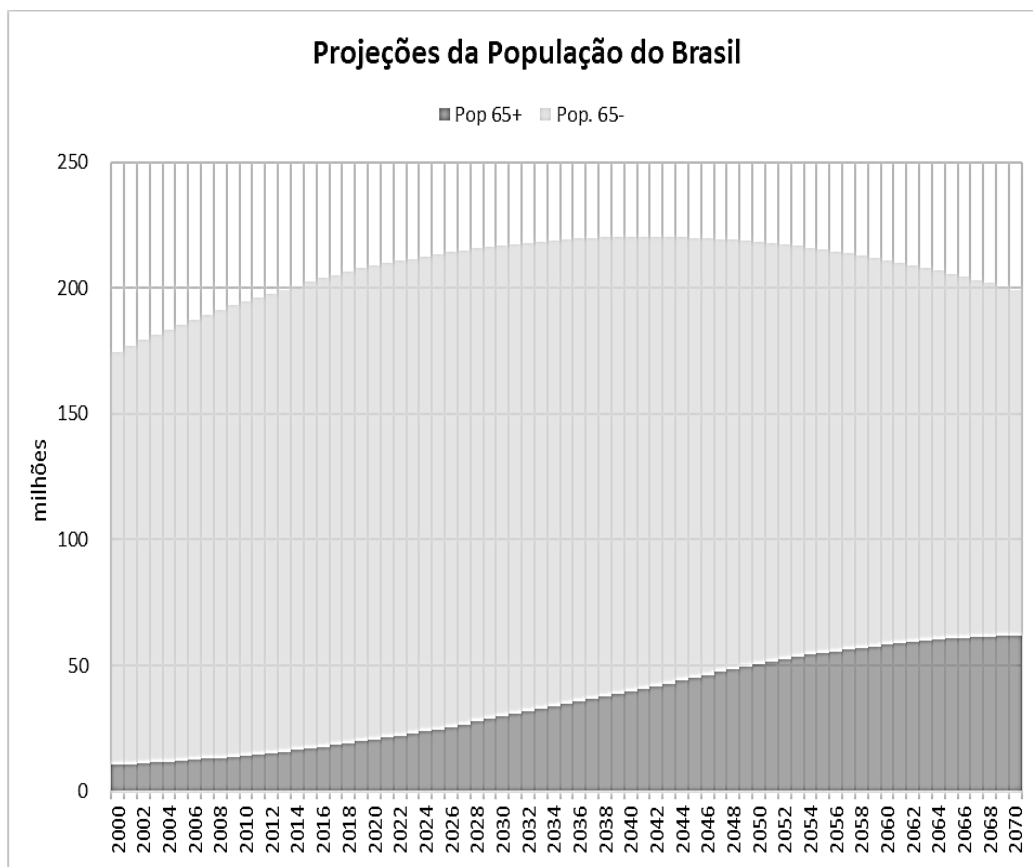
QUESTÃO 56

Ao final do primeiro semestre do exercício financeiro, a prefeitura constatou excesso de arrecadação em relação às estimativas da Lei Orçamentária Anual. O Poder Executivo pretende executar um programa de revitalização urbana não previsto na LOA. À luz da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000, qual providência orçamentária viabiliza a inclusão e a execução dessa despesa no orçamento vigente?

- (A) Abrir crédito especial, autorizado por lei específica, indicando o excesso de arrecadação como fonte de recursos.
- (B) Executar o programa diretamente, pois o excesso de arrecadação autoriza novas despesas.
- (C) Abrir crédito suplementar por decreto do Executivo, utilizando o excesso de arrecadação como fonte de recursos.
- (D) Abrir crédito extraordinário por decreto, em razão da necessidade de ampliação das ações urbanas.

QUESTÃO 57

A figura a seguir apresenta a evolução projetada da população total, bem como da população com menos de 65 anos (65-) e com 65 anos ou mais (65+), elaborada pelo IBGE, a partir dos dados do Censo Demográfico 2022.



IBGE (Projeções com base no Censo Demográfico 2022).

A partir da dinâmica demográfica projetada na figura, qual é a implicação mais relevante para a programação de políticas públicas e para o planejamento orçamentário de médio e longo prazos?

- (A) A transição demográfica permite manter, sem reorientação relevante, a composição atual do gasto, pois a estabilização populacional reduz pressões setoriais.
- (B) A transição demográfica exige ampliar os gastos com saúde e assistência, mas a menor demanda educacional compensa integralmente, mantendo estável o esforço fiscal no tempo.
- (C) A transição demográfica exige reorientar prioridades do gasto, ampliando saúde e assistência e redimensionando educação, com impactos fiscais incorporados ao planejamento.
- (D) A transição demográfica altera a demanda por serviços públicos, porém não afeta de modo relevante a programação orçamentária e a gestão fiscal plurianual.

QUESTÃO 58

De acordo com o Código de Ética Profissional do Economista, além da advertência escrita, reservada, são penalidades aplicáveis em caso de infração ético-profissional:

- (A) censura pública; multa; suspensão do exercício profissional.
- (B) censura pública; multa; suspensão do registro profissional.
- (C) censura reservada; multa; suspensão do exercício profissional.
- (D) censura reservada; multa; cassação do registro profissional.

QUESTÃO 59

Considere um país cuja taxa de juros real é de 9% ao ano, a taxa de crescimento real da economia é de 3% ao ano e a relação dívida pública/PIB no início do período é de 80%. Desprezando outros ajustes de estoque e supondo ausência de choques extraordinários, qual deve ser o resultado primário, como proporção do PIB, para que a relação dívida/PIB permaneça constante?

- (A) Déficit primário de 6,0% do PIB.
- (B) Déficit primário de 4,8% do PIB.
- (C) Superávit primário de 6,0% do PIB.
- (D) Superávit primário de 4,8% do PIB.

QUESTÃO 60

Pela ótica da despesa, o PIB a preço de mercado corresponde à soma do consumo final das famílias e do governo, acrescida

- (A) da formação bruta de capital (incluindo variação de estoques) e do saldo líquido das exportações.
- (B) do valor adicionado setorial e dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios.
- (C) do saldo líquido das exportações e deduzidos os subsídios à produção.
- (D) das importações e deduzidas as exportações, excluindo a formação de estoques.

RASCUNHO**RASCUNHO**